



## EDITAL

**Eng.º Luís Simão Duarte de Matos**, Presidente da Câmara Municipal de Mora, **torna público**, em cumprimento do disposto no **n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro**, que na sua **reunião ordinária de 21 de Setembro de 2016**, foram, pela **Câmara Municipal de Mora** ou pelos **Titulares** do respectivo **Órgão**, tomadas as seguintes **deliberações** e **decisões**:

### Deliberações:

#### Câmara Municipal:

**PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Aprovado por unanimidade o projecto de arquitectura em nome de **João Salgueiro Lopes Aleixo**, para demolição e construção de edifício destinado a habitação, sito na Rua de São José, em **Cabeção** de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no mesmo. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades.

**PROJECTOS DE ESPECIALIDADES:** Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projectos de especialidades apresentados pela **Santa Casa da Misericórdia de Mora**, para ampliação e alteração de estrutura residencial para alojamento de Idosos, em Mora, processo número 7/2015, cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença para a realização da operação urbanística pelo prazo de 18 meses.

#### EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:

- A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** ao

pedido de certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número n.º artigo n.º 589 da Freguesia de **Cabeção** descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1292, com a área coberta de 73,70 m², em nome de **Simão Marques Nunes Ramalho**, na qualidade de proprietário do prédio.  
**OBRAS DE URBANIZAÇÃO:** A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade o seguinte, de harmonia com o constante no parecer **Técnico**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no mesmo referentes ao processo em nome de **Lúcia Maria R. Nogueira Pinto** para **Loteamento sito na Quinta Seca – Boavista em Mora**:

- Aprovar os projectos apresentados referentes às Obras e Urbanização;
- Dispensar da apresentação dos projectos referentes a infraestruturas já existentes (redes de esgotos, electricidade e ITUR) assim como do projecto de infraestruturas de gás;
- Aprovar o valor total do orçamento apresentado de 35 261,65 Euros e a aceitação deste valor para o montante da caução.
- Conceder o prazo de 2 meses para a execução das obras.
- Celebrar o contrato referido no parecer da **CCDRA** para garantia de acessibilidade às infraestruturas por parte das entidades responsáveis.

**GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conceder o um subsí-



dio no valor de **750€**, destinado a apoiar a realização do almoço convívio destinado aos seus sócios e familiares, no próximo dia 08 de Outubro, na **Casa do Povo de Mora**, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9.º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor.

**PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o Senhor **Joaquim Ruivo Oliveira** residente Quinta Seca, em Mora a efectuar o pagamento da importância de **1.553.49 €**, em **6 prestações mensais**, referente ao valor do recibo de água, bem como retirar o valor de **214,88 €**, respeitante aos resíduos sólidos.

**DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** Presentes os seguintes **despachos do Senhor Presidente:**

- Em que determina, o seguinte:

Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, no período de licença de maternidade da funcionária **Maria Isabel Pereira Garcia**, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a prestação dos serviços no **Gabinete de Ação Social**, de forma a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue da dinamização do espaço. Neste contexto, de acordo com o estatuído nos n.os 5, 6 e 10 do art.º 55.º do Orçamento de Estado para 2016, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração deste tipo de contratos carece de parecer prévio favorável do Presidente da Câmara que verifica o cumprimento dos pressupostos previstos no n.º 6 do mesmo normativo. Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão

garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a contratação de 1 pessoa para a prestação do serviço referido, pelo período de 21 dias.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

- Em que determina, o seguinte:

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece, no n.º 6 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 20.º, aplicável à Administração Local, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que o recrutamento dos cargos de direção intermédia é feito por procedimento concursal.

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Mora foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Tendo em vista o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, apresentou candidatura, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 155, parte J, de 12 de agosto de 2016 e na Bolsa de Emprego Público (Código de Oferta OE201608/0241) no dia 12 de agosto, a licenciada **Ângela Maria Alves Vinagre Catarino**. Foi aceite a candidatura considerando que preenche os requisitos fixados no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável à Administração Local, por força do artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Uma vez aplicados os métodos de seleção previstos na deliberação de abertura do procedimento e na ata da reunião do júri que definiu os critérios de seleção, ponderações e classificação final, e face aos resultados evidenciados, foi deliberado pelo júri propor a designação no cargo a licenciada **Ângela Maria Alves Vinagre Catarino**. Face ao exposto e análise global dos documentos apresentados pela candidata, face à proposta apresentada pelo júri, ao



abrigo dos artigos 5.º, 11.º e 21.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e dos artigos 4.º, 8.º, 12.º, 15.º e 23.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, procedo ao provimento da candidata **Ângela Maria Alves Vinagre Catarino** no cargo de **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira**, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir da presente data.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.

**ACORDO DE COLABORAÇÃO RELATIVAMENTE  
AO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AO PRÉ-**

**ESCOLAR EM BROTAS**: A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar o **Acordo de Colaboração** entre a **Câmara Municipal** e a **Associação Protectora da Casa de Repouso dos Reformados de Brotas**, referente ao processo de **fornecimento de refeições às crianças e adultos afectos ao Jardim de Infância de Brotas** à **Assembleia Municipal** para deliberação.

PARA CONHECIMENTO GERAL SE PÚBLICA O PRESENTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DO COSTUME

Mora, 23 de Setembro de 2016

**O Presidente da Câmara Municipal de Mora**

Eng.º. Luís Simão Duarte de Matos